

ATA
Nº 5/2018

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a Assembleia de Freguesia de Vialonga, em Sessão Ordinária, no Salão Nobre da Junta, Freguesia de Vialonga, com a seguinte Ordem do Dia:

Período antes da Ordem do Dia

Ponto Um – Informação da actividade da Junta de um de Setembro de dois mil e dezoito a trinta de Novembro de dois mil e dezoito

Ponto Dois – Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove

Ponto Três – Mapa de Pessoal para dois mil e dezanove

Ponto Quatro – Tabela de Taxas, Tarifas e Licenças para dois mil e dezanove

Período depois da Ordem do dia reservado à intervenção do público

Foi apresentado, ao abrigo do Art.º 9º ponto 1, do Regimento da Assembleia de Freguesia de Vialonga o pedido de substituição por parte da bancada da CDU, a eleita Joana Aruil, substituída pelo eleito Francisco Bordalo, o Eleito Paulo Nogueira, substituído pelo eleito João Francisco Pacheco. Da bancada do PS, a eleita Carina Correia, substituída pelo eleito Pedro Fernandes.

Constituição da Mesa da Assembleia: Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Fábio Mousinho Pinto, a 1ª Secretária em substituição, Sra. Helena Freitas e a 2ª Secretária em substituição, Sra. Ana Margarida Penedo.

Presenças: - Bancada da CDU: Os eleitos; Paulo Basílio, Ângela Bordalo, Francisco Bordalo e João Francisco Pacheco. - Bancada do PS: Os eleitos; Ana Catarina Necho, Pedro do Canto, Bruno Cordeiro e Pedro Fernandes. - Na bancada do CDS: A eleita, Sra. Célia Duarte. - Bancada do Bloco de Esquerda: A Eleita, Sra. Lina Batista faltou à Sessão, sem haver substituição.

Presenças na mesa do executivo da Junta de Freguesia: Presidente da Junta, Sr. José António Alves Gomes; Secretária, Sra. Leonor Alves; Tesoureiro, Sr. Paulo Antunes e o Vogal Sr. Jorge Cipriano, esteve ausente o eleito António Mateus por motivos de doença.

Foi lida a correspondência pela Sra. Helena Freitas, 1ª Secretária da Mesa, mencionando vários convites por parte da Câmara Municipal de V. F. de Xira e Assembleia Municipal, para a inauguração de exposições e iniciativas culturais, bem como os Convites para a Gala de Mérito e a Gala para a Inclusão. Um Convite do MAFV para o seu colóquio, no dia vinte e três de Novembro, sobre apoio a obras participadas pela Câmara Municipal, os votos de Boas Festas do executivo camarário e da Junta de Freguesia.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a ata nº 3, da Sessão Extraordinária, da Assembleia de Freguesia do dia treze de setembro de dois mil e dezoito, à votação, a qual foi aprovada por maioria dos membros presentes, com sete votos a favor.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a ata nº 4, da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezoito à votação, a qual foi aprovada por maioria dos membros presentes, com oito votos a favor.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária, saudando os membros do executivo da Junta de Freguesia e os eleitos das bancadas da Assembleia e as pessoas presentes no

público, passando ao período antes da Ordem do Dia, dando a palavra à eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS.

A eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, iniciou a sua intervenção, apresentando os seus cumprimentos, desejando boas festas a todos. Em primeiro lugar apresentou uma saudação à Câmara Municipal, por ter colaborado nas iluminações natalícias, na Freguesia de Vialonga. Fez uma referência ao site da Junta e da Assembleia de Freguesia, que se encontrava bastante desactualizado, relativamente às atas e às moções aprovadas nas sessões da Assembleia de Freguesia, para quem as queria consultar.

Apresentou duas sugestões à Junta de Freguesia de Vialonga:

Primeira sugestão – tendo em vista uma chamada de atenção para os donos de canídeos, sugeriu que no ato do pagamento da licença, fosse entregue um saco para recolha de dejectos, como forma simbólica de lembrar o comportamento cívico, que o dono do canídeo deveria ter, para acautelar a higiene e limpeza dos espaços públicos, por todos utilizados.

Segunda sugestão – atos eleitorais – tendo em conta a dispersão geográfica da Freguesia, fazia sentido mais uma mesa de votos, sugerindo que fosse em Santa Eulália, na escola ou na colectividade, contribuindo para uma maior afluência aos atos eleitorais.

Apresentou questões à Junta de Freguesia de Vialonga:

Primeira questão – situação da recolha de monos – na delegação de competências, a Junta de Freguesia iria ficar com esta competência, daí questionar como se encontrava a situação quanto aos espaços utilizados para armazenamento, triagem após a recolha de monos. Tinha sido respondido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, de um modo, que envolvia melhorias e facilidades. O certo, era que após passados tantos meses, as melhorias não se viam, disse. Se não tinham capacidade para ficar com tal competência, porque tinham ficado com ela, questionava.

Segunda questão – mobilidade – estava a findar o ano e como tal, estava a acabar os concursos internacionais para os transportes e como estava descrito na moção apresentada na última Assembleia de Freguesia, o que se via até agora, era a redução dos passes, o que era importante. Como tinha dito, para a Freguesia não era suficiente, pois era preciso outro tipo de transporte de maior capacidade. Que tivesse conhecimento, não era público, que o executivo se tivesse empenhado nisso.

Disse ainda, que como eleita pelo CDS, para a Freguesia de Vialonga, no passado dia dezasseis de outubro de dois mil e dezoito, requereu os bons ofícios do Sr. Presidente da Assembleia, para que junto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, requerer que lhe fosse entregue, os cadernos de encargos, das Festas de Vialonga, do corrente ano, em suporte de papel. Aconteceu que no dia catorze de novembro de dois mil e dezoito, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, lhe tinha enviado uma resposta, invocando o nº2 do artº 112 do código dos contratos públicos, uma resposta de três folhas, completamente desfasada do que tinha referido. Assim de novo, referia de viva voz, nesta Assembleia de Freguesia, que continuava à espera que lhe fosse entregue o caderno de encargos, das Festas de Vialonga do corrente ano. Relativamente à Rua Otávio Pato, na Quinta da Flamengo, tinha visto que já tinha colocado os postos para a sinalização, colocava a questão ao Sr. Presidente da Junta, se iriam ter a lomba, ou não, bem como a construção de uma passadeira com lomba, na Rua Prof. Egas Moniz. Quais os desenvolvimentos em concreto, sobre estas situações, disse.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, que apresentou os seus cumprimentos, desejando boas festas a todos e apresentou três questões:

Primeira questão – que era recorrente e dado não estarem completamente esclarecidos nem convencidos, com a situação que tinha a ver com a gravação das sessões, percebiam as dificuldades mas não tinham ainda um horizonte de espetativas, por isso, em coordenação, prestavam os seus serviços e pretendiam

saber em que podiam ajudar e saber o que já tinha sido feito, neste sentido, porque era uma matéria que lhe era muito cara e possibilitava a que todos pudessem seguir, a partir de casa.

Segunda questão – pegando numa proposta que a bancada do PS tinha apresentado em vinte e sete de junho de dois mil e catorze e era curioso, disse, o fato de a bancada do CDS apresentar a mesma questão, reapresentava a mesma proposta ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e que passava a ler, “Criação de Comissão Eventual para se estudar as alterações, na localização das mesas de voto”. Os eleitos do PS, vinham propor ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, que criasse uma Comissão Eventual que permitisse a discussão sobre eventuais alterações, sobre as localizações de mesas de voto, situação já referida na última Assembleia de Freguesia. Tinha havido algumas questões resolvidas ao nível das acessibilidades mas havia uma que tinham acompanhado, era a questão de haver uma mesa de voto, a funcionar na localidade de Santa Eulália. Tinham visto pelo caderno eleitoral que haveria cerca de 600 eleitores e portanto estavam em tempo de colocar a funcionar a comissão eventual, que pudesse discutir, analisar e recomendar ao executivo da Junta de Freguesia, para que se evitasse que a Freguesia de Vialonga, não dizia a nível de região, mas a nível do Concelho, fosse uma das mais altas a nível de abstenção e dizia que era do interesse de todos, forças políticas e pessoas, que esta situação pudesse ser alterada. Pegando nestas Comissões, queria dar nota de alguma preocupação, na questão da mobilidade que em alguns aspectos, estavam menos bem e dirigiam ao Sr. Presidente da Assembleia o pedido de poder por a funcionar, a partir de dois mil e dezanove e a mobilidade era muito importante, para verem algumas situações que estavam menos bem na Freguesia, disse.

De seguida interveio o eleito, Sr. Pedro Fernandes, da bancada do PS, que cumprimentou todos os presentes, desejou boas festas, dizendo que os assuntos agora apresentados, já tinham sido debatidos por si, em anteriores sessões. Os transportes, qual o ponto da situação, dado que não tinha havido evolução nenhuma. Quanto à acessibilidade e mobilidade, o ideal era haver uma Comissão, disse, dado continuar tudo na mesma, dava o exemplo da Rua Prof. Egas Moniz, Rua Combatentes da Grande Guerra, que davam acesso à Póvoa de Santa Iria, também sem passeios de ambos os lados, bermas cheias de arbustos, dificultando a circulação das pessoas. Referiu os passeios enormes que serviam de estacionamento na Quinta da Gaia e na Quinta da Flamengo, passeios com quase nove metros e queria saber qual era agora, o ponto da situação. Perguntou em que situação estava o plano de dinamização dos mercados e das feiras, tinha havido uma proposta, que não tinha sido aceite, se entretanto tinha avançado com outro plano. Queria saber qual o critério de escolha da colocação da iluminação de Natal, na Freguesia.

Passou a palavra ao eleito, Sr. Francisco Bordalo, da bancada da CDU, que apresentou os seus cumprimentos e desejou as boas festas. Abordou um tema que julgava ter chegado já ao executivo da Junta, tratava-se de um abaixo assinado em nome da ARPIV, sobre a situação da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, e o espaço envolvente ao edifício para estacionamento de carros, que era muito pouco para circulação de peões, pois não havia salvaguarda nenhuma, em relação à protecção de peões. O estacionamento era anárquico, para circular um autocarro era difícil, tratava-se de pessoas idosas, com deficiência motora, quando regressavam de autocarro, este parava na rua principal, mas os idosos tinham de percorrer a pé toda a rua, porque o autocarro não conseguia estacionar por falta de espaço. Era o único acesso que tinham para a ARPIV, quanto a si, ainda conseguia dar um salto para fugir de algum carro, mas a maioria dos idosos não o conseguia fazer. Era preocupante o modo como estacionavam na rua, sem passeios e sem espaço, para a circulação dos peões, a pé, pois não tinham mobilidade e havia condutores que não respeitavam essa situação. Alguns moradores até tinham terrenos ou garagens e se não metiam os carros lá dentro, era porque não queriam. Tomara a Freguesia, que nalguns sítios, tivesse a facilidade de recolher os carros nas garagens ou terrenos com fácil acesso, à entrada dos carros. A cinquenta metros estava um parque de estacionamento, um passo mais, para estacionar. Quanto à iluminação de Natal disse ter rido, quando as luzes se acenderam, pois quando vinha do lado de Alverca, viu na rotunda do Cabo, a iluminação que dizia “Bem Vindo ao Concelho de Vila Franca de Xira” e questionou-se, se estava na China ou no Concelho de Loures, pois tinha sido na rotunda do Cabo que tinham colocado a placa de

iluminação com esses dizeres. Quem vinha de Loures ou do MARL onde circulavam milhares de pessoas, não havia essa indicação, na rotunda da Granja, mais localizada no início do Concelho de Vila Franca de Xira e não no interior do Concelho. Não sabia se a Câmara Municipal tinha pedido o parecer da Junta de Freguesia, mas de fato tinha ficado admirado com a situação.

Outra situação era, e questionava se a Junta de Freguesia tinha sido perdida ou achada na questão, pois era inadmissível, para quem viesse de Alverca, ter de ir à rotunda do Cabo, para entrar para a Central de Cervejas. Atravessava a Estrada Nacional 10, se queria ir ao Lidl, podia entrar porque tinha um traço descontínuo, sendo uma estrada que tinha o dobro da circulação. Que pensaria o director da Central de Cervejas quanto a esta situação, que decerto estaria num terceiro mundo. Ou avançavam no tempo ou estavam desfasados, achava que os técnicos não deviam de deixar acontecer estas situações que eram caricatas. Naquela entrada, só entravam veículos ligeiros, os camiões já tinham outra entrada. Na entrada para os pneus a Câmara Municipal tinha cedido e a entrada fez-se. Falava como cidadão, pois já era reformado e não precisava de a utilizar. Se a Junta de Freguesia tivesse dado um parecer e se o tinha feito favoravelmente, da sua parte tinha um voto contra, porque não aceitava aquela situação.

Interveio de seguida o eleito, Sr. João Pacheco, da bancada da CDU, que apresentou os seus cumprimentos e referiu ter sido, o Concelho de Vila Franca de Xira, um dos Concelhos mais limpos do País, neste momento e por aquilo que se via em Vialonga e não só, agora, junto à época do Natal, era um dos Concelhos mais sujos. Havia contentores partidos, montes de lixo à volta dos contentores e dos ecopontos. A recolha do lixo não estava a ser feita como devia ser, condignamente, para bem da população. Disse ainda que havia bem pouco tempo, a Câmara Municipal tinha reparado a variante, entre a rotunda que ligava Granja ao Quintanilho e até à rotunda que ia para Alpriate, mas esquecia-se que da rotunda do Pingo Doce para Vialonga também necessitava de intervenções. Quando o Presidente da Câmara Municipal viesse a Vialonga, iria levantar a questão em reunião de Câmara, que era a falta de iluminação da rotunda do Quintanilho para a Granja, a falta de acessos de passagem, tendo havido várias reclamações da população, não havia melhorias de segurança e iluminação. Andavam há muito tempo com a mesma obra do ringue da Granja. Questionou que superfície comercial iria ser feita à frente da Junta de Freguesia de Vialonga. Que não acontecesse o mesmo com outras obras, em que não havia contrapartidas para a Freguesia, que trouxesse benefícios, para além de virem investir e fazer dinheiro.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que apresentou os seus cumprimentos e disse que, em resposta à questão da eleita Célia Duarte, da bancada do CDS relativamente à iluminação de Natal e depois de alguns anos, algumas freguesias não terem sido contempladas, e de algumas denúncias em sessões de Câmara e Assembleias Municipais, a Câmara Municipal tinha entendido por bem, estender a todas as freguesias, embora muita da iluminação de Natal, que estava colocada na Freguesia de Vialonga, fosse da propriedade da Junta e tinha sido assim complementada, com a iluminação de natal, da Câmara Municipal. Respondendo também à questão do eleito Francisco Bordalo, da bancada da CDU, disse que, relativamente aos critérios de colocação de iluminação de Natal, com efeito a Câmara Municipal tinha solicitado à Junta de Freguesia, a indicação de alguns locais, onde desejasse ser colocada a iluminação de Natal e portanto a Junta de Freguesia tinha tentado ao máximo, que a iluminação de Natal chegasse a todo o lado, Granja, Alpriate, Santa Eulália, contemplando também o interior das ruas de Vialonga, zona do Cabo, Gentil, Rua Prof. Egas Moniz, frente à Junta de Freguesia, Rua 28 de Setembro, junto ao Morgado e desta forma distribuir um pouco por toda a Freguesia, para dar a ideia da época natalícia, em vários locais da Freguesia. Seria sempre insuficiente, mas tinha sido aquela que a Câmara Municipal tinha achado dentro do seu orçamento. Disse estar de acordo, quanto à ideia da doação do saco de dejectos, aquando da emissão da licença do canídeo, na secretaria da Junta. Iria fazer um investimento em placas informativas, para que as pessoas respeitassem também, a higiene e limpeza. Quando adquirisse um equipamento, iria adquirir também os sacos de dejectos para oferecer às pessoas.

Relativamente às mesas de voto, a colocar em Santa Eulália, disse passar a palavra à Sra. Secretária da Junta, dado que o assunto já não era novo e ter sido a mesma a acompanhar a situação. Já tinha havido algumas diligências no sentido de contemplar Santa Eulália, nas anteriores eleições, mas tal fato iria mexer com alguns critérios, que impediu de avançar, na altura. Estava contudo, de acordo em avançar com a Comissão Eventual para analisar a situação, como o eleito Pedro do Canto, da bancada do PS, tinha dito. Informou ainda que mesmo assim, iria ser complicado alterar os postos de recenseamento, para as próximas eleições, dado que já por si, era complicado, com a recente alteração da configuração dos eleitores nos cadernos eleitorais, por ordem alfabética, com a abolição do número de eleitor, alterando o local onde o eleitor anteriormente votava, pois já podia estar considerado noutra mesa de voto.

Relativamente ao ofício que a eleita Célia Duarte, da bancada do CDS, lhe tinha dirigido sobre o pedido de cadernos de encargos, com as Festas de Vialonga, respondeu que não o tinha enviado, porque não o tinham. Tinham publicitado os custos inerentes às Festas e caso quisessem, podiam ir à Junta de Freguesia consultar as pastas do ano corrente. A organização das Festas não tinha sido feita por nenhuma empresa mas sim pela Junta de Freguesia. Não tinham caderno de encargos, tinham feito contratos individuais com os artistas, (conjuntos/iluminação/palco, mas todos estes contratos tinham respeitado o Dec. Lei, pelos valores de contratação. Portanto, podiam consultar as pastas e verificar a legalidade das contratações regidas pelo Dec. Lei. Perante a nova lei geral da protecção de dados, não podia tirar cópias desses dados referente a cada artista e divulga-los, mas qualquer eleito os podia consultar. O único processo que tinha ultrapassado os cinco mil euros, estipulados na lei da contratação, tinha sido o aluguer do palco, para os cinco dias de festa, todos os outros contratos tinham sido feitos, por valores muito inferiores.

Sobre a sinalização da Rua Otávio Pato, a Câmara Municipal, tinha enviado os sinais e a Junta de Freguesia tinha iniciado a colocação dos mesmos nesta rua e tinham surgido algumas reclamações dos moradores, no sentido de não quererem a sinalização, sem que, primeiro, a Câmara Municipal colocasse as lombas. Logo que a sinalização fosse colocada, iria ser criada uma reta, com toda a prioridade, sem obstáculos, pois todas as viaturas que se apresentassem pela direita iriam perder a prioridade. A Junta de Freguesia, apesar desta situação, teria de colocar a sinalização que a Câmara Municipal tinha disponibilizado para o efeito, continuaria a insistir com o cumprimento da promessa da Câmara Municipal, que era colocar também as lombas, neste local, continuando a aguardar as diligências da Câmara Municipal.

Sobre as recolhas de monos, disse ter havido um equívoco, por parte da eleita Célia Duarte, da bancada do CDS, pois esta descentralização, nunca tinha sido feita pela Câmara Municipal, para as Juntas de Freguesia. A partir de julho, a Câmara Municipal tinha começado a pagar estas transferências de competências, às Juntas de Freguesia, mas já tinha começado a pedir a sua devolução, porque o município não tinha conseguido encontrar um local para depósito dos entulhos e monos. A Câmara Municipal continuava a fazer a recolha, através de uma empresa, no Concelho. E porque esta delegação ainda não tinha sido feita para as Juntas, continuava a ser uma responsabilidade da Câmara Municipal.

Quanto às gravações das Assembleias, já tinham até alguma despesa efectuada, pois já tinham iniciado o processo, com ensaios, com máquinas de filmar. Tinham feito um contrato com internet e com fidelização de dois anos, na perspectiva de iniciar o trabalho, que tinha sido lançado na Assembleia. Após o ensaio por parte da empresa, verificaram que a sala tinha pouca profundidade e obrigava a que tivessem uma pessoa a manipular a máquina, pois se tivessem câmaras fixas, só apanhava a zona central da sala. Já tinha falado com o eleito Pedro do Canto, da bancada do PS e também com o Sr. Presidente da Câmara sobre a alteração do local, para a realização das Assembleias e tinha proposto que a Câmara Municipal adquirisse as instalações da Casa do Povo, com o espaço do auditório, para aí fazer as sessões. A resposta do Sr. Presidente de Câmara, foi de que estava em negociação com a Casa do Povo, porque era perfeitamente de acordo em que a Câmara Municipal, viesse a adquirir aquele espaço e viesse a transformar toda aquela

área, num espaço para a Junta de Freguesia e criar no salão, um auditório. Logo que fosse possível, seria o melhor, para quando, não sabia. O Sr. Presidente de Câmara informou-o, já mais tarde, que estava o processo aberto e estava em curso as negociações, com a Casa do Povo.

Sobre os transportes reconhecia e estava perfeitamente solidário, com todas as bancadas e a manifestação que tinham demonstrado com a preocupação da falta de transportes e da qualidade dos próprios transportes. A Junta de Freguesia continuava a denunciar, a reivindicar e a levantar o problema em Assembleias Municipais, mas o peso, como peso de reivindicação, junto das operadoras, era muito fraco ou nulo, teria de ser a Câmara Municipal a fazer pressão, dado que era ela que passava os alvarás a estas operadoras e devia de exigir aqui, alguma atenção, para resolver a situação e prestar um melhor serviço junto das freguesias e concretamente, da população da Freguesia de Vialonga.

Sobre a Rua Combatentes da Grande Guerra e anotou que também tinha falado do assunto, na última reunião de Câmara, onde o Sr. Presidente de Câmara tinha anunciado que ia ser construído um espaço comercial, frente à Junta de Freguesia, com área de habitação e superfície comercial, bem como de uma hamburgueria, tipo Macdonalds. Desta forma, toda a sua área envolvente, incluindo a ARPIV, iria sofrer grandes alterações, junto da Columbófila seria construída uma rotunda, a Travessa das Freiras, iria ter dois sentidos, da Travessa das Freiras para a ARPIV haveria uma ligação. Face às alterações que o Sr. Presidente de Câmara lhe tinha apresentado, solicitou que fosse, então, construído um passeio ao longo da Rua Combatentes da Grande Guerra, desde a ARPIV até à Rua Principal (Rua Prof. Egas Moniz) e porque iriam mexer nesta zona toda e também porque da ARPIV/Variante e Variante/ARPIV, iria novamente voltar a ter os dois sentidos, embora da ARPIV para o lado poente da Rua Combatentes da Grande Guerra, continuasse com apenas um sentido, como estava, e deu-lhe conhecimento do Abaixo Assinado, que a Junta de Freguesia tinha recebido da ARPIV. Recebeu indicação do Sr. Presidente de Câmara, que levasse o assunto a uma reunião de Junta e que fizesse chegar à Câmara Municipal, a pretensão da construção do passeio, para facilitar a circulação. Com esta nova área em construção, também iria dar azo a que o projecto da ARPIV fosse legalizado, dado que, aquele terreno, ainda continuava em posse de proprietário privado, não era um espaço da Câmara Municipal, nem da ARPIV, indo facilitar e proporcionar que a ARPIV fosse legalizada, pois continuavam numa situação de contrato precário.

Quanto aos estacionamento, na Quinta das Índias, Quinta da Flamenga e Quinta da Gaia, com passeios de nove metros, disse que, qualquer intervenção, no sentido de alterar os passeios, seria difícil, pois tinha de fazer um plano de alteração ao loteamento, alvo de um estudo camarário. A Junta de Freguesia ia fazer no início do novo ano um levantamento de espaços, existentes na Freguesia onde houvesse possibilidade de construir parques de estacionamento e da parte da Câmara Municipal, estavam receptivos a este projecto, no sentido de dinamizar alguns espaços dentro da Freguesia, com parques de estacionamento.

Relativamente à dinamização dos mercados e feiras, informou ter feito a alteração do sistema de iluminação, em parte do teto, ao mercado retalhista. No início do ano, também a substituição nos corredores e WC, com lâmpadas económicas, de modo a reduzir o consumo de energia e melhores condições para os utentes. Tentar dinamizar um espaço, onde já funcionava mal, pois só funcionava à sexta e ao sábado, com a construção do novo espaço comercial, a situação iria piorar e não melhorar.

Relativamente à estrada que passava à Central de Cervejas e pela parte da Comissão de Segurança Municipal, não tinha sido recepcionada qualquer reclamação, por parte da Central de Cervejas. Chamou a atenção do Sr. Presidente de Câmara, que havia condutores a infringir a lei, dado que não respeitavam o traço contínuo e entravam na fábrica, sem ir à rotunda do Cabo. A principal prejudicada era a Central de Cervejas, dado que os seus utilizadores teriam de vir à rotunda do Cabo, mas não havia reclamações. Também lhe tinham dito que aquele traço era para manter a segurança, pois quando as viaturas se atravessavam, para entrar para a Central de Cervejas, as viaturas vindas de cima abalroavam as que vinham debaixo e geravam-se acidentes. O ponto da situação era este.

A Variante tinha uma reparação faseada em quatro anos, já tinha tido um primeiro avanço, desde a rotunda de Alpriate à Granja e agora iria ter uma segunda fase e terceira fase, que iria até ao Cabo. Quanto aos acessos na rotunda da Granja, era uma situação antiga e muito preocupante. Durante o seu anterior e presente mandato, tinha tido a ocasião de levar o assunto aos Srs. Presidentes Maria Luz Rosinha e Alberto Mesquita e levou-os fisicamente aos locais, para os alertar dos perigos e acidentes que aconteciam naquela rotunda, dado a dificuldade de acessos, no atravessamento do Quintanilho para a Granja, com a falta de sinalização semafórica e passadeiras. Foi-lhe dito que a Câmara Municipal não estava esquecida e que junto da Estradas de Portugal, estudavam um projecto, no sentido de ser criado ali melhorias no atravessamento daquela área.

O ringue da Granja estava a ser intervencionado, dentro do Orçamento Participativo, relativo a dois mil e catorze. Teria ficado em segundo lugar na votação e estava a ser beneficiado agora, com a verba que tinha sobrado da primeira candidatura ao orçamento participativo, no sentido de ser criado ali bolsas de estacionamento e acabar com o lamaçal no local. Apesar de alguns acharem que a obra estava a demorar, ainda bem que estava em fase de aceleração e a obra estava a ser feita e iria ser concluída até trinta de dezembro. A recolha de lixo não era só deficiente, na época do Natal, era recorrente em todo o ano, havia muitas reclamações e para além da Freguesia ser uma zona muito ventosa, acontecia que a recolha não se fazia atempadamente, acumulando muito lixo, junto aos contentores e ilhas ecológicas, com a agravante de haver contentores, em muito mau estado. A Câmara Municipal tinha vindo a substituir alguns contentores, mas não tinha chegado a todos os locais. Apesar de reconhecer esse esforço, reconhecia também a deficiência, na recolha do lixo, que causava muitos inconvenientes, na limpeza da Freguesia. Tinha convocado a Câmara Municipal, para uma reunião com os técnicos, pois quando era a Junta de Freguesia a fazer as podas das árvores, faziam-no antes do cair da folha. A partir do momento que esta função passou para a responsabilidade da Câmara Municipal, em termos de limpeza e varrição da Freguesia, tornou-se mais difícil e morosa, porque o pessoal da varrição acabava de varrer a rua e passado pouco tempo, estava tudo na mesma. Na época do Natal era difícil recuperar a limpeza não só na Freguesia, como em todo o Concelho, era deficiente a recolha de lixo, por parte da Câmara Municipal.

Relativamente à estrada do túnel, muito antes dos seus mandatos, a Junta de Freguesia tinha colocado na passagem no túnel, em betão com lajetas, no sentido de que os utentes de Vialonga, com acesso ao túnel tivessem uma melhor facilidade de circulação. Aquando da reparação do túnel, com as obras efectuadas, houve uma discussão já em anteriores Assembleias e levada à Câmara Municipal, o porquê da parte de acesso à Póvoa de Santa Iria, ter passeios e da parte do túnel com acesso a Vialonga, não iriam ser construídos os passeios, existindo o que já havia, uma passagem minúscula para as pessoas circularem a pé. Reconheceu a Câmara Municipal da necessidade da construção de passeios, do túnel para Vialonga, mas confrontou-se com os proprietários dos terrenos anexos e as desapropriações não foram feitas porque eram privados. Iria constatar a atualidade da situação.

Interveio ainda a Sra. Secretária da Junta de Freguesia, para falar sobre as seções de voto em Santa Eulália mas antes de iniciar o assunto queria esclarecer a eleita Célia Duarte, da bancada do CDS, sobre a colocação das atas no site da Junta de Freguesia, dizendo que as atas em falta, do ano de dois mil e dezoito, eram as atas que estavam a ser aprovadas, nesta sessão da Assembleia. Quanto às moções, era uma realidade, não estavam, mas ia colocá-las brevemente.

Relativamente à criação de um posto de recenseamento em Santa Eulália, disse que este assunto já tinha sido falado em anteriores Assembleias. Em dois mil e quinze, a Junta de Freguesia solicitou às entidades responsáveis, informação sobre a possível criação de um posto de recenseamento em Santa Eulália, tendo-lhe sido dito que o processo não era fácil, com os acautelamentos explicados na altura, não sendo impossível executá-lo, teria de ser um processo iniciado, em anos, que não houvesse eleições, dado a

morosidade do mesmo. Embora tenha sido abolido o número de eleitor e os eleitores estivessem integrados, nos cadernos eleitorais, por ordem alfabética, cada eleitor que fosse transferido para o novo posto de recenseamento, teria de ser notificado da mudança, processo a cargo da Junta de Freguesia. Tendo havido uma reunião sobre o assunto, com a Câmara Municipal, foi o mesmo debatido com alguma preocupação e que junto dos serviços técnicos responsáveis, da câmara Municipal, iria solicitar uma articulação com a Junta de Freguesia, para iniciar o processo. Até à data não tinha sido possível avançar de ambas as partes, e este ano, tendo em conta, que havia dois atos eleitorais, não parecia que fosse viável encetar este trabalho. Relembra que o número de eleitor tinha deixado de existir e que os eleitores estavam ordenados nas mesas de voto, por ordem alfabética. Como todos sabiam, pois havia eleitos que faziam parte das mesas de voto, havia cinco postos no centro de Vialonga, havia a Granja, o Morgado, Cabo e Parque Residencial. Quando qualquer eleitor fazia a pesquisa no portal do eleitor, aparecia apenas a letra correspondente ao posto de recenseamento, quem residia em Vialonga nem letra tinha. Só por muita coincidência, o eleitor iria votar na mesma mesa de voto, onde votava, porque a maior parte dos eleitores, iriam mudar de seção de voto, dado os cadernos eleitorais figurarem por ordem alfabética, situação que, já por si, iria ser complicada. Também cada seção de voto, que tinha actualmente mil eleitores, iria passar a ter mil e quinhentos e da análise prévia, feita à situação, iriam ficar com pelo menos uma mesa de voto, no centro de Vialonga, a não ser que houvesse novos eleitores, maiores de dezoito anos ou que viessem transferidos de outras freguesias de residência e que chegasse para manter o número de mesas existentes. Não era a sua opinião, mas considerando os fatos previstos, talvez o ano de dois mil e vinte, sem eleições previstas, fosse o mais conveniente, disse.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, que disse não colocar em causa o que tinha dito a Sra. Leonor Alves, Secretária da Junta, mas a criação da Comissão Eventual, teria sempre o mérito de pôr em discussão esta questão, perante todas as forças políticas e acima de tudo, que ficasse bem claro, o que se pretendia, porque independentemente das dificuldades técnicas, do que estavam a falar, era de uma questão de envolvimento, que era político também, obviamente, disse, que era para isso, para que houvesse mais participação por parte das pessoas. Como tinha dito na proposta, que era de dois mil e catorze, tomava como fracas as explicações, porque este processo, não era de agora, este processo, da parte da bancada do PS, vinha de dois mil e catorze. De fato, em relação à acessibilidade, em algumas mesas, tinha havido trabalho da Junta de Freguesia, colocando algumas rampas, conseguindo que, algumas pessoas com menor mobilidade, conseguissem chegar às mesas, mas no caso de Santa Eulália e outras, a Comissão Eventual, iria analisar e a Junta teria uma posição concertada, de todos os eleitos, sobre esta matéria. Depois, se seria um problema técnico, ou não, teria de analisar o processo. O que dizia a Sra. Secretária da Junta, era que, haveria de haver uma maior clareza no processo, que se calhar, ainda não existia. Por isso, a sua bancada, continuava a manter a mesma posição, quanto à criação da Comissão Eventual, porque achava que fazia falta e era muito importante.

A segunda questão era, em relação a um pedido de esclarecimento, que tinha feito ao Sr. Presidente através de requerimento, que tinha ficado ainda mais preocupado agora, com a resposta, em relação ao processo das Festas de Vialonga. O Sr. Presidente falava que estava a fazer contratação de ajuste direto, mas isso não invalidava, que houvesse caderno de encargos. Tinha de se associar, em nome da bancada do PS, àquilo que era o pedido da bancada do CDS, porque entendia que, também deveriam ter acesso ao caderno de encargos das festas, não se tratava aqui de uma fotocópia dos valores, o que queriam aqui saber, era qual a indicação do preço de base, qual o prestador de serviço, o que tinha visto na documentação e solicitava ao Sr. Presidente da Assembleia, porque era mais formal, que fosse remetida a sua resposta, à bancada do CDS, também.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que o documento tinha sido remetido a todas as bancadas.

Continuou o eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, dizendo que a sua bancada tinha levantado muitas questões, porque muitas vezes, sem cadernos de encargos, até parecia que o prestador de serviços é que estabelecia, qual era o valor que a Junta de Freguesia iria pagar. Tinha que ser exactamente o contrário, havia questões formais que não eram de somenos importância, porque eram de lei, tiveram o cuidado de elencar estas questões, transmiti-las e estavam em ata, para que houvesse esse cuidado e no próximo ano, estas questões não fossem repetidas e agora tinham ficado um bocado preocupados, porque consultar os processos, não. Não era o processo de pagamento, quanto a si, o que os preocupava, era o processo de adjudicação. Como era, que esse processo estava a ser feito e como era que a Junta de Freguesia, estava a solicitar aos prestadores de serviços, para o fazer.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, que cumprimentou todos os presentes e disse que dirigia algumas questões ao Sr. Presidente da Junta e uma delas, tinha a ver com os processos de contratação pública e os códigos de contratos públicos, pois tinham sido alterados e duas das premissas, que teve como base, tinha sido, fazer uma maior concorrência ao processo e uma maior transparência. Nesse sentido, questionava o Sr. Presidente da Junta, qual o suporte de base legal, para dizer que a informação constante, concreta da contratação pública, que era elaborada no âmbito dos vários procedimentos, que eram lançados para as festas, procedimentos de ajustes diretos, qual era a base legal, que se suportava, para dizer, não podiam ser disponibilizados online, por via electrónica aos eleitos, mas sim consultados.

Questionava também e não existia, no âmbito da contratação pública, na área e nada impedia que, além da elaboração dos cadernos de encargos, que até traziam uma maior transparência ao processo, como tinha referido, o eleito Pedro do Canto, nada impedia, que esses mesmos procedimentos, estivessem publicitados. Os próprios contratos, com as diversas responsabilidades, que eram assumidas com as entidades privadas e contratadas, que fossem publicitadas. Questionava porque é que isso não era feito e qual era a base legal, para dizer, que isso não fosse feito, porque existia o dever da publicitação.

Relativamente às mesas de voto, pediam um esclarecimento. A Comissão Nacional de Eleições, que neste âmbito, acabava por ser a entidade reguladora dos processos eleitorais, que decorriam em território nacional, para todos os efeitos, o que fazia em todos os atos eleitorais, era muitas vezes, uma reorganização, quando essas necessidades eram solicitadas, ou era dado esse conhecimento à CNE, quer por parte das Juntas de Freguesia, quer das Câmaras Municipais, havia uma reorganização praticamente em todos os atos eleitorais. Não conseguia compreender as explicações que tinham sido dadas, porque para todos os efeitos, assumindo que existia uma necessidade territorial, até de acesso de acessibilidade àquelas populações, que viviam nos Mogos, Santa Eulália, Santa Cruz, Fonte Santa, de terem um acesso mais facilitado a uma mesa de voto, o porquê do processo ser tão moroso, junto da CNE e por isso a bancada do PS, gostaria de pedir, não só para a bancada do PS, mas para todas as bancadas, que os esclarecimentos prestados pela CNE, por escrito, fossem remetidos a todos os eleitos, para que pudessem ter um conhecimento mais detalhado, sobre as motivações, que impediam, que este processo fosse resolvido, com maior celeridade. Por outro lado, disse, a necessidade da notificação e neste caso, mesmo que desaparecesse o número de eleitor, todos os cidadãos que renovassem o seu cartão de cidadão, muitas vezes acabavam por mudar a sua mesa eleitoral, sem que disso fossem notificados. A necessidade de notificação massiva para os eleitores não se dava, porque para todos os efeitos, eles tinham o dever e a diligência de conhecer qual a sua mesa eleitoral, ou informavam-se junto da sua Junta de Freguesia, ou através de plataformas, online, criadas para o efeito. Esse argumento, até porque era isso que defendia a própria CNE, para si, não podia colher, tendo em conta que, essa necessidade ou obrigatoriedade de notificação em massa, para aquela zona territorial, não existia, não o compreendiam.

Por outro lado quanto ao espaço que ia ser edificado frente à Junta de Freguesia e saudava o fato, desejava que o Sr. Presidente da Junta, esclarecesse adicionalmente três questões:

Primeira questão – se estava previsto, estacionamento para este espaço comercial e de quantos lugares de estacionamento estariam a falar, uma necessidade premente.

Segunda questão – se estavam previstos espaços verdes para este espaço comercial, qual a cadeia de que estavam a falar.

Terceira questão – quanto aos lugares de estacionamento e não era isso que acontecia no Cabo de Vialonga, mas existia noutras freguesias e se estava acautelado, era de que, algumas cadeias comerciais fazerem com que os espaços que tinham para estacionamento e de alguma forma legítima, colocarem cancelas, durante o período nocturno, para evitar o estacionamento. No entanto, sabia que havia freguesias ou câmaras municipais, que acabavam por acautelar essa situação, quando a necessidade de estacionamento era premente, acordavam com essas entidades, no sentido de não haver a colocação de cancelas, poder haver um estacionamento, praticamente por vinte e quatro horas, quando esse estacionamento era exterior. Do conhecimento que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tinha, era que se esta situação estava prevista, se estava a ser negociada ou não.

Por último, a questão das filmagens, era preciso notar e tinha sido promovido na altura, pelo executivo da CDU, que na altura governava a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, quando a transmissão das filmagens, online, tinha sido implementada, naquele espaço, esse espaço, era praticamente tão exíguo como o do Salão Nobre, onde estavam agora, não em termos de largura mas em termos de profundidade e tinham as mesmas dificuldades, não era por causa disso, disse. Estavam a falar de um auditório da Junta de Freguesia, onde muitas sessões da Assembleia decorriam e essa situação colocava-se e não tinha sido por causa disso, que não tinha havido uma solução, que tinha sido encontrada, ao nível da transmissão online, daquele espaço e que permitia que qualquer freguês daquela freguesia, que tivesse a assistir às Sessões da Assembleia de Freguesia, pudesse visualizar, quer o elemento do executivo da Junta de Freguesia, quer os eleitos das outras bancadas, pudesse haver essa visualização e essa solução tinha sido encontrada. Questionava se realmente não havia mais nada a fazer, apelava ao Sr. Presidente da Assembleia e havia um regimento aprovado, com uma determinada premissa e se estiverem a aguardar que houvesse aqui uma concertação de vontades, entre a Câmara Municipal e a Casa do Povo, no sentido de adquirir o espaço, que é contíguo, à própria Junta de Freguesia e que houvesse uma reabilitação deste espaço, chegavam ao final do mandato e não havia sessões transmitidas, online em streaming. Neste sentido consideravam que outras soluções poderiam ser consideradas à semelhança do que tinha sido feito noutras juntas de freguesia. A questão, já pela bancada do PS, levantada, em anterior sessão sobre o passeio de acesso, entre a rotunda do Cabo e a Praceta do Cabo, estar em más condições e ser um espaço exíguo, disse o Sr. Presidente da Junta, chamar a atenção, para as dificuldades que havia, para aumentar aquele passeio, mas havia uma questão de segurança, que se colocava pelo fato de existir um muro que estava em risco de ruir, a qualquer momento, colocando em risco os próprios peões, que ali transitavam ou as viaturas e estava a falar num período de chuvas, situação que poderia ocorrer, dado já ter visto algumas pedras caídas. Questionava se já tinha havido alguma diligência por parte da Junta de Freguesia ou se junto da Câmara Municipal, no sentido de resolver essa situação.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra à eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, que queria falar sobre o requerimento que tinha sido apresentado no dia quinze de outubro de dois mil e dezoito dizendo que o requerimento era claro. Quanto às outras questões, tanto os eleitos Pedro do Canto, como Bruno Cordeiro, tinham acabado por tocar naquilo, que queria perguntar, era, com que base legal, o Sr. Presidente da Junta, se suportava, para não disponibilizar a informação aos eleitos.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que disse começar pelo último ponto referido, ter um orçamento para as Festas de Vialonga, que tinha sido aqui apresentado e votado e o que tentava, era não ultrapassar valores nele, propostos e votados. Como no presente ano, a Junta de Freguesia não tinha entregue a realização das Festas a nenhuma empresa, a contratação tinha sido feita pela Junta de Freguesia, em ajuste direto, aos artistas que viessem à Freguesia. Aqui, não havia

concorrência entre artistas, tentavam privilegiar os artistas, que eram da Freguesia, tentavam negociar e disse que gostaria de ter entregue este processo, a uma empresa, porque era mais seguro. Dizia que até ao final das Festas, andavam de coração nas mãos, à espera que o artista viesse, ou não e se iria respeitar os valores do contrato assinado com a Junta. Fecharam o acordo com determinados artistas, perante o padrão de valor, que havia e foi assim, com estes contratos, que tinham feito ajuste direto. Se lhe dissessem, que tinha de fotocopiar e entregar o processo, tudo bem, disse, não lhe custava nada fazê-lo. O que diziam, era que, hoje, face à lei da protecção de dados, havia dados do processo individual de cada artista, que não podia divulgar, mas se assim não fosse, não lhe custava nada fotocopiar cada processo de cada artista, que tinha custado quinhentos, setecentos euros e trazer à Assembleia, estes contratos, com valores, que não ultrapassavam os mil e quinhentos euros. O ideal seria, se os membros da Assembleia desejassem ver o processo pudessem ir à Junta de Freguesia, consultar o mesmo.

O eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, afirmou tratar-se de um contrato público e por isso podiam consultar.

Respondeu o Sr. Presidente da Junta que iria consultar de novo, os serviços técnicos e colocar a situação, se a resposta fosse positiva, não tinha qualquer problema, em enviar as fotocópias dos processos.

O eleito Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, disse que o regulamento da protecção de dados, protegia dados sensíveis, das próprias pessoas, era o que vinha preconizar, qualquer acessoria jurídica nesse sentido, estanhava, pois não era esse o âmbito da protecção de dados e a própria exigência do código dos contratos públicos, todo o tipo de contratação dos elementos contratuais, neles constantes, fossem publicitados, estivessem disponibilizados, era um critério de transparência, de um critério até de igualdade de acesso de eventuais interessados. A situação tinha que ser conhecida, porque eram dinheiros públicos gastos e como tal, tinha de haver um conhecimento expresso e não havia dados pessoais sensíveis, que estivessem a ser protegidos, eram dados contratuais, entre uma parte, que estava a contratar e a entidade pública, neste caso a Junta de Freguesia. Estavam a falar de peças contratuais, quer com uma pessoa singular, quer com uma pessoa colectiva, eram entidades contratantes.

O Sr. Presidente da Assembleia passou à intervenção do público, lembrando que deveriam fazer perguntas dirigidas ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, passando a palavra ao Sr. Bruno Correia, que desejou um bom ano a todos e disse viver em Vialonga, havia pouco tempo, na Rua Alves Redol, rua que dava acesso à ABEIV, cruzamento com a Rua Damião de Góis, onde o estacionamento era abusivo e caótico, principalmente à noite, na curva. Se a certa hora houvesse um incêndio da Rua Alves Redol, com acesso às instalações da ABEIV, era impossível um carro de bombeiros, poder passar nesta rua, devido ao incorreto estacionamento, causando até transtornos na recolha de lixo. Questionava se estava planeado alguma resolução, para aquela situação, sabia que havia uns anos atrás tinha sido colocado uns pinos cimentados no passeio, mas achava que eles tinham de ser colocados na estrada, porque o mau estacionamento era feito na estrada, tornando-se perigoso. Ainda não tinha acontecido qualquer acidente, se acontecesse ia ser demorado o poder de ação dos bombeiros, porque estavam impedidos de passar. Disse ter um plano que gostava de entregar ao Sr. Presidente da Junta.

De seguida passou a palavra ao Sr. Ronaldo Agostinho, que disse que a sua questão, era a mesma colocada havia um ano atrás e o que tinha falado, era sobre uma vala na Rua João de Deus, que existia no local, e a vala continuava exactamente igual. Nada tinha sido feito e já tinha passado mais de um ano, pretendia saber por quantos mais anos, continuaria assim. Disse não ir falar da situação das Festas, mas disse ser engraçado, porque o que tinha sido colocado, sobre as Festas, já havia um ano atrás, tinha pedido uns documentos à Junta de Freguesia, mas sendo um cidadão normal pelos vistos, não tinha direito rigorosamente nenhum e na qual, a pergunta que lhe tinha sido colocada, por um Sr. Advogado, Joaquim Dionísio, mandatário da Junta de Freguesia, disse, foi que fundamentos legais e que finalidade é que tinha

para solicitar aquilo. Era exactamente pela mesma finalidade, que agora estavam outros partidos a solicitar e os outros partidos deveriam, não só solicitar apenas dois mil e dezoito, mas principalmente, dois mil e dezassete, os eventos culturais que tinham sido feitos, em dois mil e dezassete, mais não dizia, os partidos de oposição já sabiam da situação. Já se tinha dirigido à Junta e já tinha falado dessa situação anteriormente, ou seja, aquilo que não era feito, estavam a pactuar com aquilo que aconteceu, que ele não ia dizer, porque não estava a fazer parte da oposição. Não tinha direito a pedir rigorosamente nada, tinha provas escritas, pelo Sr. Joaquim Filipe Coelhas Dionísio, que era advogado da Junta, pelos vistos o dinheiro das pessoas da Junta dos seus fregueses, eram realmente usados, para os advogados, para tratar de assuntos pessoais, disse.

Acreditando também que o executivo da Junta não tinha qualquer tipo de mandatário, para silenciar qualquer tipo de freguês, em Vialonga e aqui dava a sua opinião pessoal, não vinha a mando de ninguém, não se escondia atrás de teclado de ninguém e estava aqui sempre que podia, tinha saído do seu trabalho mais cedo, para aqui estar e dizia na cara do Sr. Presidente, como tinha dito sempre, disse, o que voltava a dizer, era que, acreditava que o Sr. Presidente não fosse mandatário para ninguém, mas existia gente do seu partido, a ameaçar, a tentar silenciar a si, principalmente e tinha provas disso, se fosse preciso provas, daria. As pessoas tinham coragem, mas era mandar as amigas e os amigos em grupos. E voltava a dizer a toda a gente que estava na sala, que tinha tido uma reunião com o Sr. Presidente, fazia precisamente um ano, e tinha sido nessa reunião, que lhe tinha dito que Vialonga precisava de mais artistas da terra, nas Festas de Vialonga. Sabia que na politiquice se fingia, que não se sabia, que não se lembrava, mas para si era completamente indiferente. Quando colocou um poço na Junta de Freguesia tinha sido apagado, que toda a gente pulicou e um deles acabou por fugir, as coisas tinham de ser claras e o que era claro, era que a terra precisava de artistas da terra e não precisavam depois de vir mandatários de ninguém, dizer-lhe ou ameaçá-lo, que ele só estava bem, era a dizer mal. Não sabia quanto tinha custado a festa, não tinha podido estar na última Assembleia e visto que não sabia quem escolhia as datas das Assembleias, mas também escolher um dia vinte e sete de dezembro, dois dias depois do Natal, em que vinte e duas mil pessoas de Vialonga, estavam na sala sete pessoas, sinceramente, disse. Fizessem o que entendessem, também já tinha percebido, que ser a vinte e sete de dezembro, ou ser outro dia qualquer, era indiferente, mas que ficasse claro, que as Festas de dois mil e dezoito, eram importantes, mas os eventos culturais que existiam em Vialonga, eram ainda mais importantes. Tinham dado a voz ao público às dez horas e quarenta minutos e o público não estava a ouvir nada, porque os eleitos não falavam de nada, o importante aqui, era o dinheiro, este é que geria tudo. Falavam de passeios, de lixo, o dinheiro é que fazia gerar tudo e depois todos andavam a tratar de nada, disse.

O Sr. Presidente da Assembleia disse que, no que lhe dizia respeito, quanto à sua obrigação, como Presidente da Assembleia de Freguesia, sugeria uma data, questionando se alguma das bancadas teria alguma coisa a obstar, podia pronunciar-se mas era o Sr. Presidente da Assembleia, que sugeria a data e acabava por ser engraçado, porque precisamente a vinte e sete de dezembro, tinha mais pessoas no público, que em todas as outras Assembleias de Freguesia.

Logo de seguida passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que agradeceu as intervenções do público e disse ao Sr. Bruno Correia, que ia analisar também a situação, nunca tinha sido colocada a questão do estacionamento abusivo, era uma situação que ia ver, a situação dos pinos na estrada, não podia ser, para impedir o estacionamento podia colocar os pinos no passeio, na estrada não podia colocar obstáculos. Antigamente colocava-se os polícias deitados, mas agora tinha sido tudo retirado, porque era ilegal, mas iria ver a situação com a Comissão de Trânsito, Câmara Municipal e GNR, se trouxer uma proposta à Assembleia no sentido de criar uma zona de proibição de estacionamento para o local, embora e tal como acontece noutros locais, quase nunca resulta pois as pessoas continuam a estacionar abusivamente.

Relativamente à questão do Sr. Ronaldo Agostinho, o que dizia, era que, relativamente às Festas de Vialonga, o Sr. Ronaldo Agostinho tinha posto tudo por escrito, em email. Em relação à vala que atravessava a Rua João de Deus, o que dizia era que, no dia vinte e um de janeiro de dois mil e dezoito pelas dezasseis horas e doze minutos, escreveu um email ao Sr. Vereador José António Oliveira, dizendo solicitar a reparação de um sumidouro, que atravessava toda a Rua João de Deus, com o piso abatido e a grelha solta, a Junta já a tinha soldado por várias vezes, mas como o piso estava irregular, a grelha voltava sempre a partir. Esta situação, para além do barulho que fazia com a passagem das viaturas, por cima, podia vir a causar graves danos em viaturas, pelo que solicitava a colaboração da Câmara Municipal, dado que a autarquia não tinha maquinaria, nem pessoal, requalificado para uma reparação desta dimensão. No dia dezoito de janeiro, pelas dezasseis horas e trinta e seis minutos, respondeu por parte do Sr. Presidente Alberto Mesquita, a dizer que o assunto tinha sido remetido para a Sra. Engenheira Sofia Galhofas, que mais tarde respondeu, que se tinha deslocado ao espaço, que tinha feito alguns melhoramentos e que, no ano de dois mil e dezoito iria fazer toda a reparação, daquela área, dado ser uma obra da responsabilidade do DOVI. O que sabia, era que, até à presente data, a obra não tinha sido feita e fazia questão de, dado que o ano estava a terminar, de chamar a atenção da Engenheira Sofia Galhofa, que a sua palavra não tinha sido cumprida, dado que esta era uma responsabilidade do DOVI.

De seguida interveio a eleita Sra. Ângela Bordalo, que cumprimentou a todos, com os votos de boas festas, disse que relativamente à Variante e à colocação do novo tapete, fazia-lhe confusão, como é que uma obra daquele troço, demorou cerca de duas semanas a fazer, uma obra que na sua totalidade demoraria dois meses, iria demorar quatro anos a fazer, fazia-lhe espécie, mas também, disse, era normal acontecer em Vialonga, aqui as obras esticavam. Tinham duas rotundas, que tinham sido feitas, a última com os problemas já conhecidos, tinha sido finalizada, o arranjo urbanístico quem o fazia, questionou. Também a aborrecia, pelo fato de haver público, embora pouco público, mas este gostaria de ouvir falar do que tinha sido feito, estava a debater política, pois era política de fato, uma batalha de parte a parte, mas também se as coisas fossem bem feitas, não estavam aqui a debater assuntos de três em três meses porque estavam sempre a falar do mesmo, de como eram feitas, era o lixo que não era limpo, eram os monos que se acumulavam e voltava sempre ao assunto as Festas de Vialonga.

Relativamente à Rua Combatentes Grande Guerra, ficava sem perceber se iam fazer alguma coisa ou não, a urbanização estava para nascer, mas não sabia quando é que estaria pronta. O problema mantinha-se, a Rua ia ter dois sentidos mas só da ARPIV, à parte da Variante, iriam ter os carros estacionados. A medida mais preventiva e mais fácil de tomar, seria proibir o estacionamento e levar a pessoas a estacionar onde era devido e até nem havia problemas, com a falta de estacionamento, havendo uma bolsa bastante grande da parte de baixo, as pessoas teimavam em deixar o carro à porta de casa. Questionava se havia ou não alguma posição a ser tomada. Não gostava de discutir novamente as Festas de Vialonga, mas pelos vistos era um assunto recorrente e gostava de ser frontal, pois a questão aqui não se prendia, com o que se gastava, era, parecia-lhe, e agora estava na bancada da CDU, mas havia um ano e meio estava na mesa do executivo, que tinha tomado a decisão de alguns anos, trabalhar em conjunto com uma empresa, para gerir as festas e parecia-lhe que o que estava em cima da mesa, era não tanto a maneira processual, mas se havia má gestão de dinheiros públicos. Fossem concretos porque se a bancada do PS achasse que era isso que o dissessem de uma vez. Porque também era pessoa para o dizer, que se o executivo tanto o anterior como o actual, não tinha receios nenhuns, de dar para consulta o processo das Festas. Se o público quisesse ver, que visse. Houve uma decisão, que tinha sido feita, em trabalhar em parceria com uma empresa, porque tendo em conta o panorama cultural da Freguesia e das restantes do concelho, porque a Câmara Municipal, não fazia ponta de nada, disse. Tentou o executivo de fazer crescer as Festas de Vialonga, no sentido que a variedade cultural, fosse o melhor possível e que da parte técnica, também fosse desenvolvida, pelo que, tinham escolhido uma empresa, que durante o período em que vigorou, tinha trabalhado bem, disse. A maior parte dos que estavam na Assembleia, falavam de dinheiros, porque era isso que queriam saber, mas se calhar, nunca tinham vindo às Festas, para saber o que se passava e

como as Festas eram organizadas e quem era a pessoa, que tinha trabalhado para a Junta de Freguesia, tinha trabalhado bem, tinha sido sempre pontual e eficiente. Percebia o que o Sr. Presidente dizia, porque de fato, disse, não deveria ser responsabilidade direta dos eleitos, estarem nas Festas de Vialonga a encaminhar os intervenientes (artistas) para o almoço ou jantar, dar conta das refeições, dar conta do barril, que as colectividades necessitavam. Era isto que os eleitos faziam, carregavam os barris às costas, havia um quadro que disparava e era o Sr. Presidente, que resolvia a situação. Tinha a certeza, que a nível do Concelho, não haveria executivo, que trabalhasse desta forma, se fosse preciso ainda carregava com cadeiras, mesas, pegava na vassoura, para ajudar a varrer, faziam tudo. Não era por não ser digno, era digno, disse, mas também, não via qual o problema de haver um técnico profissional de apoio, a esta matéria. O que estava em cima da mesa, não era se tinham gasto muito ou pouco, mas sim, que o dinheiro tinha sido mal gasto, mas que o dissessem de uma vez, estava cá para dar a cara, para o que fosse preciso. Concordava, quando diziam que havia assuntos mais importantes, sobre a Freguesia, para debater aqui e que o assunto das Festas de Vialonga, vinham sempre para cima da mesa. Não havia Assembleia que não se falasse sobre este assunto, não tinha nada a responder sobre os doze anos, como eleita, na Junta de Freguesia, não ganhou nada, à custa do que quer que fosse, tirava-a do sério, esta situação.

Interveio de seguida o eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, referindo que a questão, era que, quando existiam processos, que estavam a ser falados e discutidos, tendo em conta, a resposta que obtiveram da Junta de Freguesia e que não eram transparentes, pensava tudo, inclusive, que havia favorecimentos de entidades, em detrimento de outras. Para bom entendedor, meia palavra bastava. Quando não tinha os processos claros, que eram desenvolvidos e o que estavam a pedir, era que se clarificassem. No requerimento que tinha sido feito, onde questionaram, se as refeições estavam a ser incluídas, ou não, não tinha obtido resposta, não sabia se o dinheiro era ou não, gasto. Isto não era transparência, se o Sr. Presidente da Junta tinha acabado de dizer que não havia um caderno de encargos, como é que não podia haver cadernos de encargos, se não estava explícito, como se convidavam as pessoas e para quê, que dinheiro iria ser gasto, portanto, disse, isto não era serviço. Estava a ser muito claro, clareza era, haveria um caderno de encargos, iria fazer umas festas, iriam convidar as pessoas com base, em alguma coisa, iriam fazer o quê, como e porquê, com um determinado custo, onde estava, questionava. Os documentos, que de fato tinham sido enviados, não eram claros, porque o que lá estava eram dois documentos, que curiosamente, da mesma entidade, ou melhor, por azar as entidades eram diferentes, mas os artistas eram iguais e como se escolhia, entre duas entidades, em que os artistas eram iguais e quando não havia valores, em troca de emails da Junta de Freguesia, perante a entidade em que responde, que o valor era esse. Não era contratação pública, não era trabalho, não era legal. Palavra certa era esta situação, estava a ser o mais franco possível. Não estava a questionar, se o dinheiro era mal gasto, a questão, nem passava por aí. O que estava a perguntar, era que tinha de haver transparência nos processos. A questão não era tão simples como esta e depois havia uma coisa chamada lei, podiam dizer que não gostavam disso, havia muita coisa, que havia na contratação pública, de que também não gostava, era burocrática, mas era a lei e se era a lei, o organismo público, tinha de a cumprir e se o tinha de cumprir, eles, como fiscalizadores da actividade do executivo, tinham de o executar, se havia um valor que era gasto, que achavam, que muitas vezes era excessivo, já o tinham dito, muitas vezes, mas se não estava claro, como era, que o dinheiro era gasto, em quê, como e porquê, tinham de o questionar. Que ficasse em ata muito claro, que a resposta era esta, tinha de haver transparência nestes processos e a seguir nos pontos, iria explicar um bocadinho melhor, o que era transparência, teria oportunidade no ponto dois, de falar um pouco mais, sobre a transparência.

Interveio o eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, para dizer que da parte da bancada do PS e acreditava que, também por parte da bancada do CDS, faziam o que era legítimo, a oposição fazer, que era colocar questões, o que não era legítimo, era haver uma tentativa de condicionamento, por parte da bancada da CDU, primeiro à interpretação que queria fazer, às questões, que eram colocadas pela bancada do PS e por outro lado, também não lhe parecia, que de alguma forma legítima, estar no fundo a

haver um processo de quase vitimização, a dizer que os membros do executivo da Junta de Freguesia eram os que mais trabalhavam. Não conhecia os outros, mas se assim o fosse, ainda bem, disse, agora não era disso que se tratava. Como o colega de bancada, eleito Pedro do Canto, reiterava linha por linha, o que ele tinha acabado de referir e do ponto de vista do código dos contratos públicos, não compreendiam os procedimentos, não os compreendendo tinham os mesmos de ser clarificados, para perceberem porque é que, em procedimentos de ajuste direto, não havia pelo menos, um caderno de encargos, que estivesse feito, para perceberem exactamente, o que se estava a contratualizar, com aquela entidade, pessoa singular ou colectiva e para perceber o valor de todo o procedimento, em causa. Não era uma questão da bancada do PS, poder consultar a documentação, a documentação tinha de ser disponibilizada, para todas as bancadas, que estavam a solicitar e disponibilizada e fazia uma sugestão ao Sr. Presidente, por uma questão de economia processual e de meios financeiros, não era necessário fotocópia, estavam a falar de meios digitais, feitos pelos serviços da Junta de Freguesia e enviavam a pasta, com esta documentação toda por email, para todos os eleitos, que estavam a solicitar, quer a bancada do CDS, quer a bancada do PS, para que o processo fosse de uma vez por todas, transparente e para que os próprios eleitos das bancadas, pudessem perceber exactamente, os moldes em como estes procedimentos eram feitos, de como eram gastas estas verbas e o porquê, serem feitas desta forma, era isso que estavam a questionar, de uma forma bastante clara, disse. Aproveitava para referir ao Sr. Presidente da Assembleia que tinham sido solicitados, pedidos de esclarecimento de outras situações, ao Sr. Presidente da Junta e que este ainda não tinha tido oportunidade de responder.

O Sr. Presidente da Assembleia tomou boa nota e deu a palavra ao eleito, Sr. João Francisco, da bancada da CDU, para dizer que este assunto já começava a cheirar mal, dava a impressão, que os eleitos do PS, não estavam de acordo com a Festa de Vialonga. A Festa de Vialonga quisesse ou não, para o PS, era uma festa política, questionou qual tinha sido a participação da Câmara Municipal, para as Festas de Vialonga, em comparação com as outras festas do Concelho, concluía que nenhum apoio. A Festa de Vialonga só existia, porque a Junta de Freguesia tinha avançado com as Festas de Vialonga, sem o apoio de ninguém, apenas com o trabalho voluntário do executivo, com o apoio dos trabalhadores da Junta de Freguesia. Questionava se a Câmara Municipal faria tudo legalmente. Estavam a desconfiar de tostões quando a Câmara Municipal gastava milhões, em coisas inúteis e ninguém falava.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que existiam órgãos próprios para fazer o escrutínio da Câmara Municipal e esta naturalmente não era um deles.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta, dado que tinha havido algumas questões que não tinham sido esclarecidas. O Sr. Presidente da Junta respondeu que julgava tratar-se do espaço frente à Junta de Freguesia, informando que o estacionamento se manteria, dentro dos moldes atuais, não sabendo qual era a superfície comercial, porque também não lhe tinha sido informado, nem apresentado, qualquer maquete, a não ser uma planta, com um rascunho, do que seria futuramente a distribuição dos espaços, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Não sabia quantas árvores contemplava, ou espaços verdes, não lhe deram pormenores, iria ser uma superfície comercial, uma hamburgueria e também uma zona de habitação, esquematizados numa folha branca de papel, não sabendo quem era a entidade. O processo sobre a mesa de voto em Santa Eulália, disse estar disponível o processo, estando abertos para que essa situação se resolvesse, o mais rapidamente possível, iria levantar de novo o processo e fazer chegar às bancadas.

Relativamente aos passeios, estava a falar de zonas, onde não havia mesmo passeios, na última Assembleia Municipal onde o eleito Bruno Cordeiro, tinha também estado presente, tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pela realização na Freguesia de Vialonga de algumas zonas onde deveria de existir passeios e que não existiam, até ao momento, dado que na descentralização de competências, competia à Junta de Freguesia tapar buracos em passeios, competia à Câmara Municipal

fazer passeios, em todas as vias, onde eles fossem solicitados e que a Câmara Municipal assim entendesse a sua necessidade. Face ao período de tempo não tinha tido resposta, a esta questão colocada e disse que iria responder posteriormente à Sessão da Câmara Municipal, por escrito, mas até à data ainda não tinha recebido a resposta. No próximo dia nove de janeiro, iria haver a reunião de Câmara no Salão Nobre da Junta e iria colocar de novo, a questão da falta de passeios, na Freguesia de Vialonga. Iria falar com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, para saber junto da empresa, a possibilidade de instalar o material, para a gravação das sessões da Assembleia, dado ter surgido as dificuldades de que já tinha falado. Tinha a internet instalada, porque inicialmente, pensavam que era um processo para avançar e quando foram instaladas as câmaras a cada canto, não conseguira que fosse abrangido todo o espaço necessário e desistiu do contrato com o material, para o ensaio, se não desse, daria para desistir, a internet ficou no entanto instalada. Não tinha qualquer problema, em avançar com o processo.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito, Sr. Francisco Bordalo, da bancada da CDU, que disse, se a sessão estivesse a ser filmada e os moradores dos Mogos, estivesse a ver a sessão questionaria, porque é que as pessoas que moram nos Mogos, iriam votar a Santa Eulália, se tinham uma mesa de voto mais próxima, na Quinta das Índias, como é que o eleito Bruno Cordeiro podia pensar assim, eles achariam, que era uma boa maneira de os ajudar.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao período da Ordem do Dia, Primeiro Ponto - Informação da Junta de Freguesia, no período de um de setembro a trinta de novembro de dois mil e dezoito, passando a palavra ao Sr. presidente da Junta de Freguesia, que disse que as bancadas tinham em seu poder, a ação desenvolvida neste período, que embora curto, demonstraram algumas situações de trabalho desenvolvido, bem como de apoio a algumas iniciativas, que se tinham realizado pela Freguesia, bem como na parte de gastos e da descentralização de competências. Relativamente aos acordos de execução, até este período, tinham 95,56% das verbas do acordo de execução realizadas, tinham um projecto de realização, relativamente aquilo que eram as suas obrigações com a Câmara Municipal e como todos sabiam, até eram uma das Freguesias, que eram elogiadas pelo Sr. Presidente de Câmara, pela demonstração que tinham no quadro, que apresentava, tão claro como a água, do que compravam, gastavam e o que contratualizavam, para fazer face aos acordos de execução. De certo modo, encontravam-se até trinta de novembro, completamente preenchidos e para que estes fossem concretizados, ainda aqui, utilizaram uma das verbas aplicadas no investimento, mas para fazer face, aquilo que eram os custos, em muito daquilo que eram os custos descentralizados, aplicaram em muito as verbas que eram os recursos financeiros e pensavam que, neste quadro, até este período, sendo que, conseguiu concretizar aquilo que eram os desejos do executivo da Junta e também da Câmara Municipal, com a descentralização de competências e com aquilo que tinha sido o apoio e as obras ao longo deste período. Estava aberto a sugestões e as questões.

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, que disse que a primeira questão, tinha a ver com uma actividade, que tinha sido desenvolvida e bem, disse, que tinha a ver com a assinatura do protocolo, com a Associação Ilustra, e bem, disse. Bem, mas desfasado no tempo, porque a assinatura do protocolo teria de ter sido feita, como já tinha referenciado aqui, antes de terem aprovado em Assembleia de Freguesia, a adjudicação de um espaço para a Ilustra. Como antes, e teve oportunidade de referir e a última Assembleia, antes de ter sido adjudicado também, um espaço à ABEIV e antes da adjudicação de um espaço, ao Clube Motards. Não tinha nada contra isto, pelo contrário, só gostaria de perceber, que protocolo existia com estas entidades, no âmbito do espaço, que estava a ser dispensado, pela Junta de Freguesia, solicitavam ao Sr. Presidente, que logo que fosse possível, remetesse cópia dos protocolos que tinha acabado de referir, ABEIV E ILUSTRA. Mencionava uma situação, que o tinha chamado a atenção, no gráfico e o documento não estava numerado, falava de um aumento significativo das receitas próprias da Junta de 151,414 mil para 233,680 mil, era o primeiro gráfico, não

sabia se era ou não um engano, porque depois não batia certo, com a restante documentação remetida, um gráfico comparativo do ano transacto, não podia ter uma diferença de execução tão grande.

A Funcionaria Administrativa, Maria do Rosário Briosso Arez, interveio para dizer que se tratava de um lapso de grafia.

Continuou o eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, a dizer, que havia uma melhoria nos documentos, que estavam a ser apresentados, não obstante esta gralha e tinha a agradecer esta melhoria, porque havia um conjunto de dados, que agora se referiam a nível da estrutura nacional, no trabalho que tinha sido desenvolvido, pelo anuário das freguesias portuguesas, que eram muito interessantes e que gostava aqui de reforçar, porque os eleitos já tinham esta informação. Falava-se que as receitas próprias a nível nacional, era de 24%, Vialonga tinha 19,3%, que queria dizer o que tinham vindo a referir, que haveria espaço pelo menos, para a média nacional, um aumento nas receitas. Mas o que era interessante, era que, nas despesas com pessoal, a média nacional, estava em 43,3% e Vialonga, aparecia nos 66,4%, o que não era, em dois mil e dezoito estavam a falar de 68% de toda a estrutura de custos, que a Junta de Freguesia gastava com pessoal. Havia uma diferença de 23%, em relação à média nacional. Era só para enquadrar naquilo que a bancada do PS, tinha vindo a falar nos últimos tempos. No que dizia respeito no total das despesas de capital, falava-se de uma média nacional de 17%, para investimentos, enquanto Vialonga estava no 3,8%, queria dizer que estavam a falar de 13% a menos. Só queria dizer que, era interessante o trabalho que tinha sido apresentado, pelo anuário das freguesias portuguesas, porque ia exactamente ao encontro daquilo que tinha vindo a falar, não queria dizer que não estivessem perto da média, que era difícil para uma Freguesia com as características de Vialonga, mas havia muito trabalho para fazer, como aliás referiam, ao longo dos tempos.

O Sr. Presidente da Junta respondeu às questões do eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, sobre as despesas com pessoal, bem gostaria de diminuir este peso, mas era completamente impossível, porque se lhe perguntassem, se o seu quadro de pessoal da Junta de Freguesia, para a área da varrição e de espaços verdes, era um quadro suficiente, dizia que não era, por vezes tinham de recorrer a empresas dentro desta área, para prestarem uma ajuda, na execução do serviço e recorria a empresas, porque não podiam sobrecarregar ainda mais, o quadro de pessoal. Tinham aberto concurso para seis trabalhadores a termo certo, tinha sido aprovado por todas as bancadas. Iriam entrar em fevereiro e isso permitia uma diminuição nas despesas com pessoal e porque neste momento, tinha seis trabalhadores colocados na Junta, pela empresa Climex, para fazer varrição, que saíam a trinta e um de janeiro. Era no dia um ou dois de fevereiro, que iria entrar os seis trabalhadores, que concorreram ao mesmo, havendo onze pessoas a concorrer e seis destas pessoas, iam integrar o quadro da Junta de Freguesia. A empresa que tinha feito a avaliação, iria informar das pessoas mais habilitadas, para os requisitos das funções e isto iria ajudar a baixar os custos de pessoal, dado que o pessoal contratado, por ajuste direto, saíam muito mais barato do que ser contratado à Climex, no entanto tinham outros serviços para não sobrecarregar o quadro de pessoal, que era na ajuda e no reforço aos espaços verdes na Freguesia. Tinha de justificar estes gastos perante a Câmara Municipal, rubrica a rubrica e tinha conseguido, na casa dos 93%, até final do mês, mas no final do ano, tentando respeitar estes padrões, por aquilo que recebiam dos investimentos, gostariam bastante de não canalizar os seus recursos próprios, para as rubricas da descentralização de competências mas, em muitos casos não tinham conseguido, como nos mercados, cemitério, onde não tinha havido acordo com a Câmara Municipal e tinha de recorrer aos seus recursos financeiros, da Junta de Freguesia, para reforçar algumas rubricas, que ficavam aquém da média, mas foi o que tinha conseguido com a Câmara Municipal, dentro de um quadro de entendimento, chegar a bom porto, com o sentido de que, a verba que tinham, seria de duzentos e setenta mil euros, fazer uma boa gestão e de corresponder aos seus desejos e de todas as bancadas, que era o de uma melhor Freguesia e de uma melhor apresentação na área da limpeza e da jardinagem, para a Freguesia de Vialonga. Dizia ainda que tinha alguns trabalhadores de baixa havia quase três anos.

O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida ao segundo ponto da Ordem do Dia, Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, que disse que era aqui, efectivamente, que tinham um quadro de alguma dificuldade, era uma Freguesia grande, como dizia o eleito Pedro do Canto, que Vialonga era uma Freguesia enorme, com dezoito mil metros quadrados, com vinte e dois mil habitantes. De fato tinha um sem número de espaços verdes e de cada vez tinha mais e ainda bem, disse, mas tinha um orçamento de oitocentos e oitenta mil euros, mas grande parte deste orçamento, se o fossem analisar, era para a concretização dos acordos de execução, para a realização daquilo que era, o dia a dia da Freguesia e chegando ao final do ano do seu orçamento, pouco lhe restava e o que tinha feito neste momento, que sobrava para o ano de dois mil e dezanove, eram para investimentos, na casa dos quarenta mil euros, embora reconhecendo que para março, com a integração do saldo, porque iria ser feito um reforço nesta área, porque até acima do que esperavam, porque feliz ou infelizmente, disse, todas as entidades, como a Câmara Municipal, na semana de vinte e quatro de dezembro, resolviam pagar tudo o que era atrasos, ou não, disse, e só neste mês de dezembro, já tinham recebido perto de vinte mil euros, mas agora, só para satisfazer a oposição, para não ter este dinheiro, ia gastá-lo à pressa, mas não, algumas outras entidades tinham regularizado a situação, como IEFP e a Câmara Municipal e não iam agora gastar à pressa.

Até meados de Junho estiveram em negociação com a Câmara Municipal, para os acordos de execução e isso tinha levado a que, a Junta de Freguesia, durante os primeiros seis meses, tivesse de ter alguma contenção, pois ninguém sabia como ia terminar este acordo, quais as rubricas que ficariam na Junta, quais as que iam para a Câmara Municipal. Parque Infantis e Escolas tinham passado para a responsabilidade da Câmara Municipal. Novas áreas, como a desmatização, a Câmara Municipal, queria transferir e por um valor que a Câmara desejava transferir, a Junta de Freguesia achou que não ia valer a pena, pois não iam conseguir realizar essa área, com essa verba e portanto tinha havido durante seis meses, um período de indefinição e que não tinha podido fazer grandes investimentos, porque não sabiam qual era o desfecho real, para o ano de dois mil e dezoito. A partir de junho, começou a normalizar, a fechar contratos e a planear trabalho, pois já estava definido, o que era da Junta e o que era da Câmara Municipal, mas foram seis meses de alguns constrangimentos, mas mesmo assim, ao longo do ano, conseguiram gerir e pretendiam que, no ano de dois mil e dezanove, dado que tinha terminado as negociações com a Câmara Municipal e que agora era meter as mãos à obra e cumprir, como tinha cumprido sempre até aqui, com o apoio da Câmara Municipal, na realização e na concretização, naquilo que era as suas responsabilidades, com os acordos de execução e tentar fazer o máximo, o melhor que podiam fazer, para que as obras, que eram agora da sua responsabilidade, fossem concretizadas e realizadas. Era o que esperava em dois mil e dezanove, com um orçamento, muito gostaria que fosse melhor, era o que qualquer eleito gostaria, de ter um reforço e uma verba mais alargada, que permitisse a Junta de Freguesia, criar mais espaços verdes, tentar dinamizar, aumentar os jardins, como o tinha feito já na entrada do Parque Residencial. O aumento da verba, que lhe sobrava, era muito curto e era o que podiam fazer, esperando a colaboração de todos, para com os recursos que tinha, chegar a todo o lado, disse.

Interveio ainda a eleita, Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, para dizer que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove, eram documentos importantes, de gestão de toda da Freguesia que iriam discutir e votarem, em termos democráticos, assim mandava a lei. No entanto, no comprometimento assumido, levavam-nos a acreditar, que os mesmos, iriam ser aprovados, tal como foram apresentados, pelo executivo da Junta de Freguesia e queria frisar isto, porque não só, quem apresentava o orçamento, era responsável por esta execução do mesmo, como igualmente eram corresponsáveis, quem, em Assembleia de Freguesia, o aprovava. O orçamento reflectia sempre uma linha de orientação estratégica e política, que articulados, constituiria o planeamento de gestão a realizar. No seu ponto de vista, existiam falhas importantes, tais como, desenvolvimento e incremento, na inovação e

tecnologia, verificava-se uma intenção, no que respeitava a limpeza e por aí se ficava, quando poderia ir mais além, por exemplo, no atendimento ou nas operações exteriores, intervenção para atenuar a degradação do espaço público, designadamente nos espaços mais antigos da Freguesia, onde eram evidentes estes sinais. Exigir um levantamento das múltiplas questões, que se colocavam e priorização das actividades de fundo, a realizar. Apresentar um número avulso de reivindicações, a outras entidades, era o caminho para o deixa andar. No consórcio cultural, a que dizia respeito, verificava-se uma cópia do passado, uma continuidade e não uma evolução, que levasse a um maior incremento participativo das populações, quer na diversidade, na qualidade e localização de eventos.

Sobre este ponto ainda duas notas:

Uma para a evidente falta de esforço, para através de um projecto, dedicado ao turismo, fosse dado a conhecer, a quem chega ou a quem nos visita, o que a Freguesia tinha de património histórico, cultural, edificado e ambiental. Queria ainda deixar um apontamento, sobre o turismo religioso, principalmente sobre o caminho de Santiago, que tinha um ponto de apoio oficial de credenciação e de apoio na Freguesia, dizer que, em dois mil e dezoito, o número de peregrinos neste caminho, tinha tido um aumento exponencial, lembrava que em dois mil e vinte e um, seria o ano de Jacobeo, ou seja, Ano Santo Compostelano, prevendo-se por isso um aumento de peregrinos, vindos de todo o mundo, logo da ação social, também não se via uma vontade de melhorar e evoluir. Todos sabiam que subsistiam na Freguesia muitas desigualdades sociais e carências de vária ordem. Depois o apoio à infância, ao acompanhamento de idosos, por isso seria importante a Junta de Freguesia, ser motor dinamizador de novos projetos, em parceria com as instituições sociais da Freguesia. Este orçamento apresentava-se com grande pressão no que se referia a despesas correntes, com um diminuto investimento, acrescia que, a sua execução se encontrava muito dependente do grau de realização de receitas, a que podia levar, a que o valor orçamentado, não fosse atingido.

Queria colocar algumas questões, em relação a verbas descritas: Que investimentos se pretendia fazer com uma verba de vinte e cinco euros, para sinalização e vinte e cinco euros para trânsito, viadutos e arruamentos, dispersão de gastos com pessoal, por múltiplas rubricas; Que outras funções económicas, sustentavam a verba de duzentos e quarenta e nove mil e duzentos e seis euros para encargos com pessoal e aquisição de bens e serviços. Nas actividades cívicas e religiosas, que outras actividades justificavam a verba de três mil euros, era possível que a realização de eventos, que não se encontrassem já programados, que envolvessem estes valores. No boletim informativo da Junta, uma verba de cinco mil setecentos e cinquenta euros, em contraponto, com as associações culturais, com uma verba de cinco mil euros, ou seja, mais propaganda, versus, menos cultura, disse.

Interveio o eleito, Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, dizendo que começava pelo fim, votaria contra o orçamento, uma vez que ele não correspondia aquilo, que eram as opções políticas, que a sua bancada tomava. Como também já tinha falado nisso, várias vezes, consideravam, que existia uma ausência de estratégia, para aquilo que devia ser o desenvolvimento para Vialonga e a falta de política de investimento que servisse as populações de Vialonga, de forma, a que tivessem uma qualidade que mereciam. Iriam entregar uma declaração de voto, à mesa, sem fazer a leitura, dada a hora adiantada, mas ainda assim ia deixar alguns considerandos que lhes pareciam relevantes. Um deles já o tinha referido, que tinha a ver com despesas de pessoal, 68,4% que estavam inscritos no orçamento só para despesas de pessoal e apenas 4,4%, correspondia a despesas de capital, estavam a falar de trinta e oito mil e seiscentos euros. Ainda assim havia uma melhoria, tendo em conta que, no ano anterior, o que estava orçamentado era um investimento de dezasseis mil e quinhentos euros, mas manifestamente insuficiente. Havia questões com dúvidas, não percebiam muito bem os dois mil euros de indemnizações, já tinha questionado num determinado momento, sobre o assunto. O valor excessivo, da acessoria jurídica, também já tinham falado sobre isto, tinham apresentado uma proposta mas que não foi tida em consideração. Gostava de saber o que foi o montante global de apoio ao Movimento Associativo da Freguesia e já agora, qual era a data

prevista, para que o Movimento Associativo apresentasse as suas candidaturas, no âmbito do regulamento, porque não tinham gostado de ver na última Assembleia, que tinha havido associações, que não tinham recebido dinheiro nenhum. Gostariam de saber, qual a razão para que isso tenha acontecido. Parecia que tinha de ser os eleitos a informar as associações do timing, para o fazer, porque a informação não estava a passar.

Uma questão já referida no anterior orçamento que lhes parecia relevante, para uma Junta, era de não estar consignado, um valor para a formação dos funcionários, era algo que era muito importante, as coisas iam evoluindo, outras exigências, a gestão tecnológica para as pessoas, que iam à Junta e que tinham outro tipo de necessidades e achavam que fazia muito sentido, que houvesse uma verba, que estivesse no orçamento da Junta para formação, sabia que era difícil, mas uns podiam frequentar a formação, num ano, e outros noutra ano a seguir, para haver uma reciclagem no trabalho, que desempenhavam. A questão dos cinco mil setecentos e cinquenta euros, também já tinha sido abordado, era o boletim da Junta, não era propriamente, porque não devessem divulgar a actividade da Junta, simplesmente hoje, existiam mecanismos diferenciados e diferentes, como por exemplo, uma newsletter, que provavelmente evitaria que a tiragem fosse tão grande, como ela era. A maior parte das pessoas hoje em dia, acabava por ler o email, nem todas, não estava a dizer que não se fizesse o boletim, o valor se calhar era exagerado, disse, para o formato de papel. A Junta deveria de optar por outro mecanismo de divulgação das actividades e promover o facebook, tinha a parte digital, mas o site da Junta não tinha a dinâmica que gostariam que ela tivesse.

A questão das gravações disse, que não sabia se tinha visto corretamente no orçamento, mas não estava consignado nenhum valor, sobre a questão das gravações, no mesmo. Em dois mil e dezoito, a verdade era, que não estava lá consignado nenhum valor, a não ser que estivesse espelhado nalgumas rubricas se tinha havido essa necessidade. Não estavam previstos e era um dos pontos com que não concordavam, a requalificação de renovação dos espaços públicos, mobiliário urbano, requalificação. Dos espaços, os valores que estavam consignados eram muito pequenos, a requalificação do mobiliário urbano não tinha valor consignado, podia ter visto mal, acreditava que sim. Havia outra situação que o Sr. Presidente referia no documento, que era sobre um debate aberto, em que tinham recebido sugestões da população, mas em momento algum referia que sugestões eram essas. Quando falavam em processos participativos, havia um processo de transparência, gostavam de saber o que que tinha recebido e o que tinha sido consignado no orçamento por parte da população, aí que tinha havido um debate, que pelo que parecia, tinha sido bastante concorrido, neste Salão Nobre, não sabia se tinha aparecido alguém, mas talvez tivesse aparecido alguém. Se tinha sido o debate participativo, a que se referia, não sabia que sugestões tinham sido dadas, mas de qualquer forma gostava que os esclarecesse, sobre esta matéria.

Em relação à aquisição do veículo que aludia em orçamento, não colocava em causa se era útil, mas se tinha sido considerada outra maneira de o adquirir, tendo em conta que estavam a despender imediatamente dezoito mil euros, se houvesse um contrato de locação ou algo similar, estava a falar de algo que pudesse ter um valor mensal e depois algo residual, no fim, se calhar, ajudava a Junta nos próximos três ou quatro anos, teria um valor de investimento diferente, para fazer na Freguesia e então não despendia logo dezoito mil euros, na aquisição do veículo. Não sabia se isto tinha sido pensado ou não, mas poderia ser uma questão vantajosa, aliás, era um procedimento que se fazia com o material informático, a Junta fazia esta questão da locação com material informático. Era muito claro, as discordâncias que tinham tido, em muitos momentos, em relação à forma como era feita a gestão dos destinos da Freguesia. Iam fazer chegar à mesa a declaração de voto, sendo que, como já tinha dito, o seu voto ia ser de reprovação, à proposta de orçamento, que lhes era apresentado.

Interveio o eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, que quis fazer nota e também reforçar algumas questões, que tinham sido elencadas, nomeadamente à questão da participação. Era preciso notar e fazia

menção expressa, na sua declaração de voto, mas que, no mandato anterior tinha sido aprovado por unanimidade, neste caso, a própria incorporação do modelo de orçamento participativo, na gestão dos próprios documentos, neste caso, das Grandes Opções do Plano, para cada plano de orçamento, que fosse aprovado, fosse consignado uma verba específica, para que houvesse uma efectiva participação dos cidadãos. Reforçava este aspeto, na declaração de voto, não bastava dizer que se fazia uma gestão de portas abertas e era uma gestão participada, para ser efectivamente, um modelo de orçamento participativo, nota que essa mesma proposta tinha sido aprovada por unanimidade, até com os votos da CDU, podia dizer que vinculava o executivo da Junta de Freguesia, era verdade, disse, mas perante o entendimento, que era, ainda por cima, da mesma força política, que suportava o executivo da Junta, era no mínimo estranho, que houvesse aqui uma divergência, relativamente a esta opção política, que era tomada ano após ano, sem que houvesse uma efectiva inclusão deste modelo de orçamento participativo, que lhes parecia bastante vantajoso.

Por outro lado, referir também e consideravam que o documento acabava por trazer esse desequilíbrio, tendo em conta que aquilo que resultava dos acordos, dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução e que acabava por já estar em vigor, era que para todos os efeitos, a Junta de Freguesia de Vialonga e por isso era criada uma oportunidade, a Junta de Freguesia de Vialonga, ficava com um leque de competências mais restrito, competências que oneravam a Junta e que eram de difícil execução, deixavam de estar sobre a alçada da Junta de Freguesia, sendo que acabava por haver mais meios financeiros, a execução das competências, que ficaram sobre a alçada das Juntas de Freguesia e fazia nota aqui, que a Junta de Freguesia de Vialonga, não tinha o mesmo leque de competências, que tinha abraçado a Junta de Freguesia da Póvoa de Santa Iria ou Vila Franca de Xira, que era a questão da desmatação e sobre esse ponto de vista, havia aqui a oportunidade, do seu entender, discordava e iam votar contra, por uma maior capacidade de investimento, nomeadamente na requalificação e no arranjo de diversos espaços verdes, elencados na Junta de Freguesia e que estavam degradados e por outro lado o investimento noutros pontos da Freguesia, que careciam algum cuidado por parte da Junta de Freguesia. Esta rubrica de investimentos, já tinha sido referida, era diminuta, não deixava grande margem de manobra, para que fizesse e fosse de encontro às necessidades das populações de Freguesia. Por outro lado consideravam que reforçar a despesa, que era feita pelos meios de informação, da própria Junta de Freguesia, era excessiva e se calhar poderia ser alocada a outras rubricas de investimento e que eram proveitosas, para os próprios fregueses.

O Sr. Presidente da Junta explicou que em relação à questão da eleita Sra. Célia Duarte, da bancada do CDS, sobre os vinte e cinco euros ou menos, eram rubricas que tinham um valor muito baixo para estar em aberto e quando viesse a necessitar de um reforço nessas áreas, fariam uma revisão ao orçamento. Por exemplo, a sinalização, era cedida pela Câmara Municipal, mas não queria dizer que um dia, ou outro, não fosse a Junta a adquirir algum sinal, se houvesse essa necessidade, tinha sempre essa salvaguarda da rubrica aberta, para uma necessidade urgente. Relativamente ao apoio ao movimento associativo tinham na casa dos catorze mil euros de apoio ao Movimento Associativo, para ter esse apoio as várias entidades tinham de entregar uma série de documentos, constante no regulamento aprovado na Assembleia Freguesia, que anteriormente era entregue até outubro e que, para facilitar a entrega dos documentos necessários (aprovação da documentação própria em suas assembleias gerais) passou a ser entregue até ao dia vinte e oito de fevereiro. As instituições que entregassem na Junta e se candidatassem, era analisado cada pedido e tinham satisfeito todas as áreas, tinha-lhe ligado uma Associação a dizer que a Junta de Freguesia não os tinha apoiado e o Sr. Presidente explicou que não tinha apoiado essa instituição, porque não tinham entregue documentação nenhuma, nem apresentaram candidatura, sem isso a Junta de Freguesia não podia satisfazer o pedido, pois não tinham mostrado qualquer interesse. Disse ainda que a funcionária administrativa da Junta de Freguesia, Luisa Pamplona, tinha o cuidado de enviar a informação sobre a abertura das candidaturas de apoio, antes do fim do ano, a todas as instituições, para que estas procedessem ao preenchimento dos impressos próprios, à candidatura desejada, até à data

estipulada no regulamento. Quando dizia que tinha catorze mil euros e se pegasse em todas as associações que tinha na Freguesia, reconhecia que andaria na casa dos setecentos, oitocentos euros e alguns muito menos, podia dizer que, e o eleito Sr. Pedro do Canto, da bancada do PS, tinha falado de algumas instituições, que se tinham candidatado, tinha sido a Casa do Povo, outro exemplo era a D'Junta Mó, Associação Caboverdiana e o que acontecia todos os anos, era que, aquando da sua festa anual, se queixavam porque tinham de alugar o Pavilhão à Câmara Municipal e pagavam-lhe o aluguer para fazer a sua festa anual. A Junta de Freguesia montava o palco, montava os tapetes e a luz gratuitamente, aqui não havia dinheiro, havia mão de obra, era o pessoal que se deslocava da Junta de Freguesia, para a realização da sua festa anual. No presente ano não tinham feito a festa, por falta de dinheiro, porque não tinham espaço e a Câmara Municipal cobrava-lhes o aluguer do pavilhão. Também o eleito tinha falado dos Patuscos e podia dizer que era das instituições, que bastante trabalhava na Freguesia e que não estava organizada e para cumprirem a lei não os podia ajudar e bem que gostaria, pois o seu Presidente, Sr. Flávio, merecia ser ajudado pelo trabalho excelente, desenvolvido em prole da instituição, dos jovens do bairro.

Para o mobiliário urbano tinha cinquenta e oito mil euros, para gastar no orçamento e tinha de o gastar porque tinha de o justificar, perante a Câmara Municipal, pois fazia parte da descentralização de competências e até podiam fazer um show of, mas quando falavam de um investimento era aquilo que conseguia cativar e guardar e era o dinheiro que tinha conseguido realizar, era pena que a bancada do PS, não reconhecesse esse esforço, que era realizar todo o trabalho com a Câmara Municipal, nos acordos de execução e por serem honestos e apresentarem as contas com transparência, tinham um resultado para gastar e investir de quarenta mil euros e até podia apresentar um valor maior, de duzentos e tal mil euros, mas este valor fazia parte dos ex-acordos de execução, pois eram as verbas transferidas pela Câmara Municipal depois de distribuir pelas rubricas presentes, para apoio ao Movimento Associativo, pela área da cultura, carnaval, dia da criança, as visitas de estudo. Não sendo da sua responsabilidade, investiam sete mil euros no Agrupamento de Escolas, para os alunos poderem efectuar uma visita de estudo, portanto havia um conjunto de investimentos, que estavam diluídos neste orçamento, tinha pena pois os eleitos deviam de o analisar e ver. Não tinham capacidade financeira porque todas as rubricas estavam orçamentadas e explanadas neste orçamento e o que precisavam neste momento, tinha uma viatura pesada que todos os meses trabalhava para a Igreja, para ir buscar o Banco Alimentar, para a Associação de Africanos e que não podia entrar nas ruas de Lisboa, pois tinha mais de quarenta anos. Estava a necessitar urgentemente de uma viatura pesada, para continuar a dar apoio a estas instituições de apoio, porque os motoristas já tinham sido advertidos, pela autoridade, pois a viatura não podia circular nas ruas de Lisboa. Se não fosse o apoio prestado pela Junta de Freguesia estas instituições, não tinham capacidade para ir buscar e fazer o apoio alimentar para muitas famílias carenciadas da Freguesia. A própria viatura não tinha direcção assistida e o motorista que fazia também a recolha de lixo e outros serviços, ao fim do dia estava cansado da condução.

Os dois mil euros de indemnizações, tratava-se de uma situação complicada para todas as Juntas de Freguesia, pois eram os funcionários que, ao fazer a limpeza das bermas e passeios, algumas vezes com as roçadoras, apanhavam pedras tipo esfera e eram projectadas sem querer e às vezes apesar das redes protectoras partiam vidros de viaturas, que circulavam e falou de uma viatura antiga em que o vidro teve de vir de fora por não haver em Portugal.

Interveio o eleito, Sr. Bruno Cordeiro, da bancada do PS, questionando se não tinha contratualizado algum tipo de seguro de responsabilidade que cobrisse estes acidentes.

O Sr. Presidente da Junta confirmou ter um seguro mas que a franquia não cobria, às vezes, o valor dos estragos, que era de trezentos, quatrocentos euros, pois para baixar a franquia para valores quase zero, o seguro triplicava muito e a franquia rondava os quinhentos euros. Quase sempre um vidro de uma viatura

andava nos valores de trezentos, quatrocentos euros, só o vidro principal. Se as coisas corresse muito mal, teria de fazer uma revisão, mas este valor era o valor estimativo, com a experiência de outros anos anteriores. Em relação à formação de pessoal, disse que ainda havia bem pouco tempo, tinham ido a uma formação da ANAFRE, iam a outra para fevereiro, recorria à ANAFRE pois eram formações gratuitas, para formação profissional dos trabalhadores. Quanto à transmissão das gravações da Assembleia, disse ter uma pequena verba e logo que houvesse possibilidade de o fazer e dentro do que tinha a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, iria ver a maquinaria que utilizavam e ia consultar o mercado e nessa altura aceitar o mais favorável e aumentar a verba, para fazer face aos gastos. Estava completamente de acordo com a sua concretização.

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou, dado ultrapassada a meia noite, se todos os presentes tinham alguma coisa a obstar que se continuasse a sessão da Assembleia no dia vinte e oito de dezembro e como nenhum eleito esteve contra, deu continuidade aos trabalhos, colocando o ponto número dois à votação.

Não havendo intervenções das bancadas, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou o segundo ponto da ordem do dia, à votação, tendo sido aprovado por maioria.

O Sr. Presidente da Assembleia deu entrada do terceiro ponto da ordem do dia, Mapa de Pessoal do ano de dois mil e dezanove, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para dizer que o mapa de pessoal para dois mil e dezanove, não tinha qualquer tipo de alteração, era uma obrigação legal trazer aqui a demonstração e a votação do quadro de pessoal, que era o quadro de pessoal já existente.

Não havendo intervenções das bancadas, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou o terceiro ponto da ordem do dia, à votação, tendo sido aprovado por maioria.

O Sr. Presidente da Assembleia deu entrada do quarto ponto da ordem do dia, tabela de taxas tarifas e licenças para dois mil e dezanove, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para dizer que tinha feito o valor da inflação com o arredondamento para cima, ou seja, abolira os poucos cêntimos para reajustar os valores gastos com os serviços, entre os custos reais e as taxas.

Não havendo intervenções das bancadas, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou o quarto ponto da ordem do dia, à votação, tendo sido aprovado por maioria.

Não havendo mais questões, o Sr. Presidente da Assembleia, passou à leitura da ata em minuta, a qual foi lida pela segunda Secretária, Sra. Ana Margarida Penedo, tendo sido a mesma aprovada por maioria.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, desejando a continuação de umas boas festas, dando por encerrada a sessão da Assembleia de Freguesia, cerca das vinte e quatro horas e quarenta e cinco minutos.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

O Presidente da Assembleia –

A 1ª Secretária da Assembleia –

A 2ª Secretária da Assembleia –